

FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO NORMATIVO DA SEXUALIDADE BRASILEIRA¹

Ana Maria Chiarotti de Almeida² & Christiani Martins Rodrigues³

De acordo com Foucault, as relações de poder produzem saber, o que possibilita notar como estes dois conceitos estão inter-relacionados. Para ele, o poder não pode ser apenas visto por seu componente repressivo – simbolizado em nossa sociedade pelo poder jurídico, e tornado concreto pela execução das leis. É necessário analisar o poder por sua positividade, ou seja, por aquilo que ele produz. E, para este autor, o poder produz verdades que são difundidas em todo o âmbito social, por meio de mecanismos específicos, através de discursos.

Ao analisar o poder por sua positividade, é possível perceber suas formas de dominação e como este alcança todas as instâncias sociais, inclusive o cotidiano e os espaços mais privados – manifestação concreta de seu exercício. Dessa maneira, todo o indivíduo passa a ser efeito do poder, enquanto está submetido ao seu controle; e centro, pois, por meio de seus discursos e práticas, acaba por propagá-lo. Sendo assim, o poder é *“(...) algo que é produzido, que circula e funciona em cadeia, através de práticas e efeitos reais”⁴*.

Almeida⁵, com base nessas concepções da teoria de Foucault, sugere que a família poderia ser considerada como um dos níveis moleculares do exercício de poder. Ou seja, uma instância do cotidiano subjugada por este, ao mesmo tempo em que centro irradiador de seu discurso. Porém, a família, enquanto centro transmissor, seria também responsável por estabelecer outras relações de poder através de sua dinâmica. A família se estabeleceria enquanto um espaço de confronto de forças, da circulação de *verdades* e também de sua produção. Isso acarretaria na construção de um campo normativo, instaurando uma moral e criando mecanismos próprios de dominação e sujeição.

Partindo da concepção de que a família é um espaço de confronto de forças, um campo ético e normativo, onde se produz poder e saber – ou seja, um regime de verdade – o presente trabalho tem como objetivo compreender a formação da família brasileira enquanto um dos campos normativos da sexualidade. Para isto, utiliza-se das obras de Gilberto Freyre – *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*, onde o autor, ao demonstrar a história da família e da sexualidade brasileira, analisa como as formações desses dois campos sociais estão inter-relacionados.

Compreender a temática aqui levantada com base na obra de Gilberto Freyre, é entender como o modo de colonização e as relações com índios e negros influenciaram a maneira como foi construída a família no Brasil, e como esta, por sua vez, influenciou a formação política, econômica e social da colônia portuguesa na América.

Os primeiros conquistadores que chegaram ao Brasil só possuíam como exigência serem católicos, ou como diz Gilberto Freyre: “*Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz – e o estranho era bem vindo no Brasil colonial*”⁶. Essas condições permitiram uma certa unidade colonial, no âmbito moral e político, pois todos os colonizadores aqui presentes estabeleciam-se sob a ordem da Igreja Católica, e lutavam contra um inimigo comum: o herege. Por outro lado, permitiu o que Gilberto Freyre denominou de *colonização particular*: ou seja, os primeiros homens que aqui chegaram agiam de acordo com seus próprios interesses, sem estarem submetidos a um sistema político que regulasse a conquista da colônia brasileira. Assim, a colonização, o povoamento de regiões antes inabitadas e a defesa militar não foram iniciativas da Metrópole, mas dos conquistadores que aqui já estavam instalados. Dessa maneira, podemos assinalar o particularismo como um dos fatores fundantes da política que posteriormente se instalaria no Brasil; política que surge com os latifúndios e a monocultura, base econômica brasileira a partir do século XVI. Uma política aristocrática, baseada nas relações patriarcais que tinha como um de seus princípios defender interesses de uma

minorias, com o intuito de manter a estabilidade e privilégios até então conquistados, graças à exploração dos ameríndios e a escravidão dos negros vindos da África.

No início da colonização, houve uma necessidade de aliança do homem branco com o ameríndio, pois além do elemento colonizador ser pouco numeroso, havia uma escassez de mulheres brancas. Dessa maneira, o estrangeiro precisava do homem índio para sua subsistência e exploração do lugar não conhecido, e da mulher índia para a exploração sexual e formar família.

Esse contato do homem branco com o nativo, além de desequilibrar a relação do indígena com a natureza, modificou sua vida social e econômica. Socialmente, sendo em número escasso, o europeu foi buscar na mulher ameríndia o elemento para formar família e gerar mais contingente populacional; ao mesmo tempo em que impingiu ao povo indígena uma moral social muito diversa da sua nativa. Economicamente, pois utilizou o índio para servi-lo e para o trabalho de exploração da terra ainda virgem, onde se desenvolveria a monocultura latifundiária, o que também diferenciava do modo que a terra era utilizada para sua subsistência.

Essa união entre brancos e índios (posteriormente entre brancos e negros), não deixou de ser uma relação entre superiores e inferiores. Ou seja, a aliança na verdade era uma dominação; uma utilização da raça dita inferior pela superior; subjugação do mais fraco pelo mais forte. Elementos encontrados na Casa-Grande, onde o patriarca subjuga mulheres, filhos e escravos e, quando na Política, subjuga a população, muitas vezes pelo uso da violência.

A aliança do homem branco com a mulher indígena originou o que foi a base central da colonização e da economia brasileira: a família. E, de acordo com Gilberto Freyre, “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital (...), a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América”⁷.

A família configura-se como a unidade principal da formação da vida colonial e a grande representante do sistema patriarcal brasileiro. Fundada sob o regime patriarcal, estabelece-se sob o comando de um único chefe detentor de todo o poder: o pai. Porém, na base de sua formação, é possível perceber a influência da mulher indígena, responsável por transmitir muito das características de sua cultura à cultura brasileira. Foi a ameríndia, no papel de mãe, quem ficou responsável pela educação dos seus filhos com o homem branco: transmitiu seu hábito de higienização; sua alimentação; introduziu utensílios doméstico na cozinha brasileira; usou ervas como medicamentos; enfim, a mulher indígena continuou a exercer, na Casa-Grande, o papel que exercia na sua tribo. Mas, teve que se adaptar a cultura européia: foi cristianizada, transformou-se em esposa e teve que se inserir e ser inserida na economia, que acabava de entrar em contato.

Seguindo a mesma linha de pensamento do autor, essa mulher também seria de fundamental importância na formação da sexualidade brasileira, pois o homem branco não deixou de a tratar como um ser inferior. Por ter assumido o status de sua esposa – maneira que a Igreja achou para regularizar comportamentos e condições que iam contra sua moral, convertendo a união entre homem branco e índia em casamento cristão -, não foi salvaguardada dos abusos sexuais e de ser tratada como resto.

A mulher gentia, depois de transformada em esposa e cristã, não estranhou o novo marido ter relações sexuais com outras mulheres; não foi uma aceitação imposta pelo homem branco. Em sua cultura ameríndia, tal comportamento era comum e aceito; tendo assim o português encontrado campo propício para sua tendência a poligamia - tendência adquirida pelo contato com a cultura moura - e para “(...) *servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra*”⁸. O autor ainda ressalta que, por todas essas condições encontradas no Brasil pelos colonizadores, o início da sociedade brasileira “*foi de quase uma intoxicação sexual*”.

Dessa maneira, Gilberto Freyre ressalta que a moral sexual ameríndia acabou por efetuar transformações no Brasil, inclusive na própria moral católica. Pois, com o intuito de converter o maior contingente possível de índios – conseqüentemente, não querendo a

disseminação destes - acabou por tolerar alguns aspectos da cultura nativa. E, por outro lado, a Igreja no Brasil não possuía a mesma força que em Portugal. Ficando aqui à sombra do Senhor de Engenho; sendo obrigada a fazer vistas grossas para muito do que acontecia dentro das Casas-Grandes.

Como já foi visto, o índio foi o primeiro elemento escravizado pelo homem civilizador. Porém, este só foi útil enquanto o interesse do estrangeiro era o de saciar necessidades imediatas. A partir do momento em que a colônia americana de Portugal passou a organizar a agricultura, para vir a ser a atividade econômica principal, o índio não mais se adaptou. Assim, o português foi buscar no negro as características necessárias para sua nova empreitada.

No sistema de monocultura latifundiária, foi o escravo negro o responsável pelo trabalho freqüente e estável; possibilitando assim que os donos de terras se fixassem em um lugar e organizassem seus engenhos ao redor da casa-grande, de maneira aristocrática e patriarcal. Gilberto Freyre relata em seu livro *Casa Grande & Senzala*, que a presença do escravo, como a força de trabalho, desenvolveu nos senhores de engenho uma letargia onde alguns passavam o dia inteiro sem se levantarem das redes. Acarretando assim em um parasitismo social dos senhores de engenho em relação ao sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que as outras camadas da sociedade – como os cléricos - que, servindo passivamente os donos de terras, viviam à sombra das casas-grandes. Essa relação casa-grande-senzala vem fortificar ainda mais a unidade principal da sociedade brasileira desde sua origem: a família. O senhor de engenho, o patriarca, concentra em sua figura todo o poder colonial: ele era o dono das terras, o dono dos escravos, das suas mulheres e de seus filhos.

O sistema patriarcal e escravocrata permitiu que o brasileiro crescesse sem saber os limites de sua crueldade e de seu poder de mando diante dos ditos inferiores. Nesse Brasil latifundiário, a família brasileira, composta pelo patriarca, mulher e filhos, vivia servida por escravos e por uma sociedade dependente das casas-grandes. Dessa maneira, os filhos dos senhores de engenho, apesar de serem tratados por seus pais com a mesma

autoridade e abuso que estes tratavam seus escravos e subalternos - assim também, as esposas eram tratadas – cresciam rodeadas de crianças escravas da mesma idade, postos ali para servirem de objeto e satisfazerem os caprichos dos pequenos senhores. Isto acabava por induzi-los “(...) à bestilidade e ao sadismo”⁹.

Além do que, esse regime possui como característica, o que o autor chamou de extrema especialização ou diferenciação dos sexos¹⁰. Ou seja, o homem torna a mulher o mais diferente possível de seu sexo: criando contrapontos como sexo forte / sexo frágil; sexo nobre / sexo belo. Essa distância propicia o que Gilberto Freyre chamou de *padrão duplo de moralidade*; ou seja, ao homem é dada toda liberdade sexual e à mulher o seu interdito, tornando o sexo uma obrigação diante aos caprichos de seu marido e tendo para elas um único fim: a procriação. Esse *padrão duplo de moralidade* pode ser observado na maneira como a sífilis (doença sexualmente transmitida) era enxergada. Esta era tida como uma conquista por parte dos homens, cujas marcas deixadas em seus corpos eram exibidas como prova de sua virilidade.

Dessa maneira, é possível observar como a família brasileira lida com contradições profundas no que diz respeito à sexualidade. Sendo assim, considerar a família como um de seus campos normativos no Brasil, é constatar que, desde sua fundação, antagonismos convivem lado a lado sem serem questionados, como o interdito sexual a mulheres e a total permissividade aos homens, tornando-se naturalizados por meio da criação de mecanismos que propiciem isto como, no caso, a especialização dos corpos.

1- Trabalho inserido no Simpósio Temático: História da Família - novas perspectivas e novos desafios.

2- Prof^a Dra Ana Maria Chiarotti de Almeida, professora do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Sociologia Rural – UFRGS. Doutora em Sociologia – USP.

3- Christiani Martins Rodrigues, mestranda do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga – UFSCar.

4- Almeida, A. M. C. “Família” - a construção de um campo ético e normativo. In: Boletim/ Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina. N^o. 25. jul/dez 1993, Pp. 7-25.

5- Ibidem

6- Freyre, G. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Apresentação: Fernando Henrique Cardoso. 47^a. Edição Revisada. São Paulo, SP: Global Editora. 2003a.

7- Ibidem, p.81.

8- Ibidem, p.161.

9- Ibidem, p. 113.

10- Freyre, G. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Apresentação: Roberto DaMatta. 14^a. Edição Revisada. São Paulo, SP: Global Editora. 2003b, p.207-8.